

CENTRO de PORTUGAL

Boletim trimestral
Informação reportada ao
segundo trimestre de 2020

47



ccdrc comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro



47

Boletim trimestral

Informação reportada ao
segundo trimestre de 2020

Editor
Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento
Regional

Data de Edição
Setembro de 2020

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdr.pt

Alguns da informação conjuntural encontra-se
também em <http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO de PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 11 Desemprego Registado
- 13 Empresas
- 14 Comércio Internacional de Bens
- 17 Turismo
- 19 Construção e Habitação
- 22 Preços e Consumo Privado
- 24 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No segundo trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -16,3%, com contributos muito negativos tanto da procura interna, como da procura externa líquida. Esta forte contração da atividade económica refletiu o impacto da pandemia COVID-19, que se fez sentir de forma mais intensa nos primeiros dois meses do trimestre. A taxa de desemprego nacional desceu para os 5,6%, fruto do significativo aumento dos inativos. O nível de preços variou -0,3% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores diminuiu significativamente, retrocedendo para valores próximos dos observados no quarto trimestre de 2013, e o indicador de clima económico também diminuiu, o que já não acontecia desde o final de 2013.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, a evolução do mercado de trabalho exibiu características extraordinárias em consequência do impacto da pandemia. A taxa de atividade registou o valor mais baixo dos últimos 20 anos. Também a população ativa, pela primeira vez desde 1998, foi ultrapassada pela população inativa, que aumentou significativamente. Este acréscimo dos inativos pode justificar, ainda que parcialmente, as variações negativas no emprego e desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região cresceu, atingindo o valor mais elevado desde 2008.

No setor empresarial, continuou a assistir-se, na Região Centro e em Portugal, a uma diminuição muito expressiva das empresas constituídas, atingindo-se mínimos históricos, decorrentes, muito provavelmente, do impacto do novo coronavírus. As ações de insolvência e os empréstimos concedidos às empresas continuaram a apresentar evoluções negativas. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos manteve uma tendência decrescente, mas favorável, observando o valor mais baixo dos últimos nove anos. Na construção, na Região Centro, assistiu-se a uma contração do setor da construção, evidenciada pelas diminuições homólogas em todos os indicadores regionais de licenciamento e obras concluídas. A avaliação bancária da habitação na região aumentou, registando o valor mais elevado dos últimos nove anos.

O setor do turismo na região e no país apresentou mínimos históricos, refletindo claramente o impacto da pandemia COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acentuadas quebras face a igual período do ano anterior. Todavia, a estada média na região aumentou face ao trimestre homólogo e anterior. Nas relações comerciais da região com o mercado externo observou-se uma significativa contração homóloga real nas saídas e entradas de bens, que traduz, em grande medida, os efeitos do surto pandémico. Ambos os mercados explicaram negativamente a variação regional das saídas e das entradas de bens, destacando-se, pelo contributo negativo mais expressivo, o mercado intracomunitário, que ainda reflete os efeitos da conclusão do Brexit. Também o consumo privado regional privado denota a influência dos efeitos da pandemia, a avaliar pela evolução decrescente de quase todos os seus indicadores. A taxa de inflação homóloga regional diminuiu face ao período homólogo, registando o valor mais abaixo desde o final de 2014.

No PORTUGAL 2020, no final do segundo trimestre de 2020, estavam aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 9,5 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. De salientar, neste trimestre, a atribuição de 52,7 milhões de euros de fundos europeus às empresas da Região Centro na sequência das medidas de apoio lançadas para fazer face ao impacto causado pela pandemia COVID-19.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

-16,3%

foi o crescimento
homólogo real do
PIB e

5,6%

a taxa de
desemprego nacional

No segundo trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -16,3%, com contributos muito negativos tanto da procura interna, como da procura externa líquida. Esta forte contração da atividade económica refletiu o impacto da pandemia COVID-19, que se fez sentir de forma mais intensa nos primeiros dois meses do trimestre. A taxa de desemprego nacional desceu para os 5,6%, fruto do significativo aumento dos inativos. O nível de preços variou -0,3% face ao trimestre homólogo. A confiança dos consumidores diminuiu significativamente, retrocedendo para valores próximos dos observados no quarto trimestre de 2013, e o indicador de clima económico também diminuiu, o que já não acontecia desde o final de 2013.

No segundo trimestre de 2020, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação de -16,3% face ao trimestre homólogo¹, após uma diminuição de 2,3% no trimestre anterior. Esta forte contração reflete os efeitos da pandemia COVID-19, com impactos mais significativos nos dois primeiros meses do trimestre. Recorde-se que, em meados de março de 2020, para contenção da propagação do COVID-19, foram encerradas escolas, universidades e diversas empresas e impostas restrições à livre circulação de pessoas, tendo sido decretado o estado de emergência no dia 18 de março, que vigorou até 2 de maio. A 3 de maio iniciou-se a situação de calamidade. A reabertura das lojas com acesso direto para a rua (de forma gradual e condicionada à área das superfícies) iniciou-se a 4 de maio, retomando a 18 de maio as aulas presenciais em escolas secundárias (11º e 12º anos), bem como a reabertura de creches, equipamentos culturais, cafés e restaurantes. Destaca-se ainda a reabertura dos centros comerciais (exceto na Área Metropolitana de Lisboa) e o fim do dever cívico de recolhimento a partir do dia 1 de junho. A situação de calamidade foi mantida até ao dia 30 de junho.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019 média trimestral	2018
PIB*	v. h. (%)	-16,3	-2,3	2,2	1,9	2,1	2,2	2,6
Procura interna	v. h. (%)	-12,0	-1,2	1,1	3,4	3,1	2,8	3,1
Consumo das famílias	v. h. (%)	-15,0	-1,0	2,0	2,6	1,9	2,3	2,9
Formação bruta de capital	v. h. (%)	-10,8	-3,5	-2,0	8,2	9,6	6,6	6,2
Taxa de investimento	%	19,9	18,3	17,8	18,9	18,7	18,5	17,7
Exportações	v. h. (%)	-39,5	-5,1	6,2	2,2	2,6	3,7	4,5
Importações	v. h. (%)	-29,9	-2,5	3,6	5,7	4,9	5,3	5,7
VAB	v. h. (%)	-15,1	-2,2	2,0	1,9	1,8	2,0	2,3
Taxa de desemprego	%	5,6	6,7	6,7	6,1	6,3	6,5	7,0
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	-0,3	0,4	0,3	-0,2	0,5	0,3	1,0
Indicador de confiança dos consumidores	%	-33,1	-9,9	-7,3	-7,1	-8,2	-8,0	-4,8
Indicador de clima económico	%	-2,8	2,1	2,1	2,3	2,4	2,4	2,6
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,101	1,102	1,107	1,112	1,124	1,120	1,181
	v. h. (%)	-2,1	-2,9	-3,0	-4,4	-5,7	-5,2	4,6

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.
Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

A procura interna diminuiu 12,0%, o que resultou da acentuada quebra do consumo das famílias (cuja taxa de variação homóloga foi de -15,0%, após uma diminuição de 1,0% no trimestre anterior) e também do investimento (que registou um decréscimo homólogo em volume de 10,8%, acentuando a tendência de queda iniciada no final de 2019).

A procura externa líquida voltou a registar um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB (de -4,4 pontos percentuais), mas mais acentuado do que no trimestre anterior (-1,1 pontos percentuais). Esta evolução refletiu uma diminuição das exportações de bens e

serviços mais forte que a das importações de bens e serviços. Assim, as exportações de bens e serviços registaram uma variação homóloga real de -39,5% (após terem diminuído 5,1% no trimestre precedente), refletindo a significativa quebra nas exportações de serviços (-54,5%), em consequência da forte contração da atividade turística, e também de bens (-32,6%). As importações de bens e serviços recuaram 29,9% em termos homólogos reais (contra uma variação de -2,5% no período anterior), tendo ambas as suas componentes diminuído (-28,9% nos bens e -34,8% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base diminuiu 15,1% em termos homólogos reais (-2,2% no trimestre anterior). Neste período, apenas os ramos da “construção” e “agricultura, silvicultura e pesca” registaram variações homólogas reais positivas (de 5,1% e 1,7%, respetivamente). Os restantes seis ramos apresentaram quebras, com destaque para a variação de -27,5% no “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” e de -23,8% na “indústria”.

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 5,6%, valor inferior em 1,1 pontos percentuais ao do trimestre anterior e em 0,7 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2019. Estimavam-se 278,4 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo uma diminuição trimestral do desemprego de 69,7 mil pessoas e homóloga de 50,1 mil indivíduos. Note-se, no entanto, que, como consequência do impacto da pandemia COVID-19, o número de inativos aumentou significativamente (pois, devido às medidas de contenção da pandemia, os indivíduos, embora estivessem disponíveis para trabalhar, não efetuaram procura ativa de emprego ou não puderam iniciar trabalho no período de referência), resultado de fluxos líquidos provenientes de situações de emprego e desemprego, o que explica a redução do desemprego e da respetiva taxa, num contexto de contração significativa do emprego. Porém, como muitos inativos se encontram na fronteira entre a inatividade e o desemprego, este movimento poderá ser invertido nos próximos meses pela maior facilidade de mobilidade, interação social e consequente procura de emprego.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, diminuiu 0,3% na comparação homóloga, interrompendo a tendência de aumento dos últimos trimestres. Das 12 classes de consumo, sete registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se o “vestuário e calçado” e os “transportes” com os maiores decréscimos (-6,6% e -3,1%, respetivamente). Nas restantes cinco classes ocorreram aumentos homólogos, destacando-se os “restaurantes e hotéis” (3,4%) e os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (3,1%) com os maiores crescimentos.

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, agravaram-se significativamente, tendo atingido o valor mínimo desde o quarto trimestre de 2013. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. A confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, também diminuiu, o que já não acontecia desde o final de 2013.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu 2,1% face ao trimestre homólogo, mantendo-se, assim, a tendência de depreciação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2018, apesar de ligeiramente menos acentuada de trimestre para trimestre. Esta desvalorização do euro traduz-se num preço inferior para igual quantidade de bens exportados e num preço superior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

55,7%

foi a taxa de atividade na região, a mais baixa desde 1998 e

53,1%

foi a taxa de emprego regional

⁵ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020 que têm vindo a ser adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente, as estimativas trimestrais de emprego e desemprego do segundo trimestre de 2020.

⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

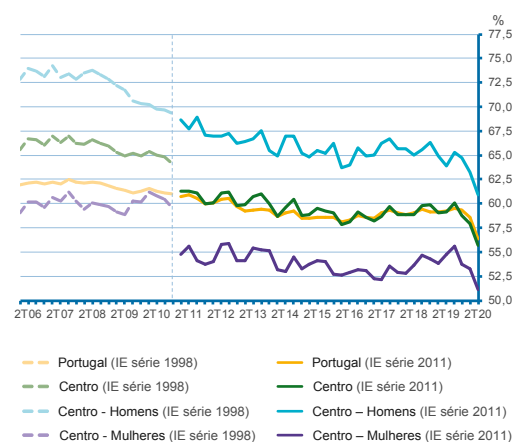
¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "Reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

No segundo trimestre de 2020, a evolução do mercado de trabalho exibiu características extraordinárias em consequência do impacto da pandemia COVID-19. Na Região Centro, a taxa de atividade registou o valor mais baixo dos últimos 20 anos. Também a população ativa, pela primeira vez desde 1998, foi ultrapassada pela população inativa, que aumentou significativamente. Este acréscimo dos inativos pode justificar, ainda que parcialmente, as variações negativas no emprego e desemprego. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da região cresceu, atingindo o valor mais elevado desde 2008.

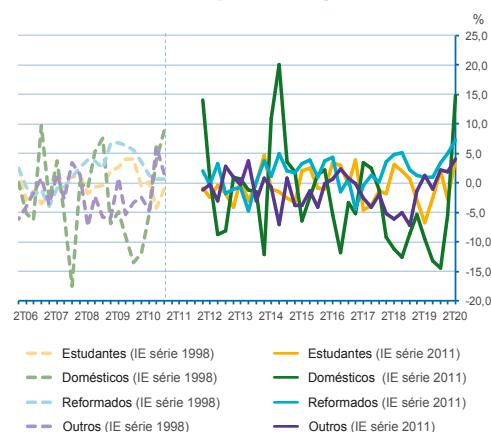
De acordo com os últimos dados do inquérito ao emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no segundo trimestre de 2020⁶, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro foi de 55,7%, correspondendo a uma diminuição de 3,4 pontos percentuais face ao período homólogo e representando a menor taxa de atividade observada na região desde 1998. Esta taxa regional foi inferior à média nacional, que se cifrou nos 56,3% e, como habitual, a dos homens foi mais elevada que a das mulheres (60,9% contra 51,1%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.083,7 mil indivíduos, registando uma variação homóloga negativa de 5,4%. Já os inativos⁹ totalizavam 1.126,0 mil indivíduos, representando um aumento de 6,0% face ao trimestre homólogo e ultrapassando, pela primeira vez desde 1998, o valor da população ativa. Esta evolução dos inativos vem explicada pelos aumentos homólogos em todas as suas classes, evidenciando-se contudo os domésticos e os reformados pelos acréscimos mais expressivos, de 14,9% e 7,3%, respetivamente.

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



Quadro 2 – Atividade e Inatividade		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
		média trimestral						
Taxa de atividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	56,3	58,6	59,3	59,5	59,2	59,3	59,1
Centro	%	55,7	57,9	58,8	60,1	59,1	59,2	59,4
	v. h. (p.p.)	-3,4	-1,1	-1,1	0,3	0,2	-0,2	0,5
População ativa – Centro	milhares	1.083,7	1.126,8	1.138,5	1.165,2	1.145,9	1.148,8	1.157,6
	v. h. (%)	-5,4	-1,6	-2,4	0,0	-0,3	-0,8	0,4
População inativa – Centro	milhares	1.126,0	1.083,9	1.063,9	1.039,8	1.062,2	1.058,0	1.064,5
	v. h. (%)	6,0	1,7	1,2	-1,5	-1,1	-0,6	-1,8
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	181,5	171,2	173,4	161,6	174,7	171,5	176,1
	v. h. (%)	3,9	-2,8	2,1	-2,6	-6,7	-2,6	0,9
Domésticos	milhares	91,0	79,8	77,7	73,4	79,2	78,7	88,1
	v. h. (%)	14,9	-5,6	-14,4	-13,2	-9,5	-10,7	-10,3
Reformados	milhares	426,0	408,2	398,2	402,2	397,2	396,5	390,1
	v. h. (%)	7,3	5,0	3,5	1,0	1,0	1,6	3,9
Outros	milhares	427,5	424,7	414,6	402,7	411,1	411,3	410,3
	v. h. (%)	4,0	1,9	2,1	-1,0	1,3	0,2	-5,9

Este aumento significativo da população inativa decorreu, largamente, das medidas impostas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente as restrições à mobilidade, a redução ou mesmo a interrupção dos canais normais de informação sobre ofertas de trabalho em consequência do encerramento parcial ou mesmo total de uma proporção muito significativa de empresas. Estas razões impossibilitaram os indivíduos, que embora pudessem estar disponíveis para trabalhar, de efetuar procura ativa de emprego (condição essencial para a sua classificação enquanto desempregados). Também são considerados inativos os indivíduos que não têm disponibilidade para começar a trabalhar na semana de referência ou nos 15 dias seguintes, caso tivessem encontrado um emprego, por terem de cuidar de filhos ou dependentes ou por terem adoecido em consequência da pandemia. Estas situações provocaram um aumento do número de inativos que, em outro contexto, poderiam estar na situação de desempregados.

¹¹ A taxa de emprego (15 e mais anos) é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade (população em idade ativa).

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no segundo trimestre de 2020, foi de 53,1%, o que traduziu uma diminuição de 3,2 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, intensificando a quebra verificada desde o último trimestre de 2019, que interrompeu três anos de acréscimos homólogos sucessivos. Esta taxa regional foi a mais baixa dos últimos quatro anos e, manteve-se, pelo segundo trimestre consecutivo, ligeiramente inferior à média nacional, que foi de 53,2%.

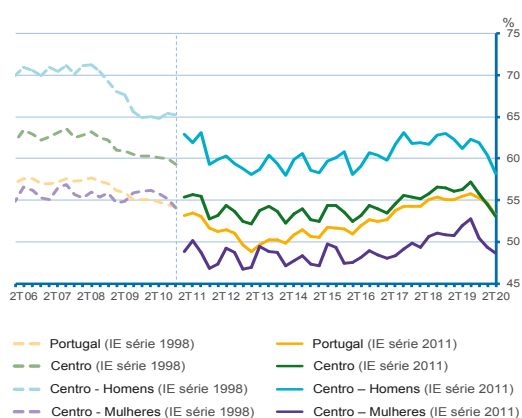
Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.033,0 mil indivíduos, o que representou uma diminuição de 5,4% face ao mesmo período do ano anterior, dando continuidade à evolução negativa observada desde o último trimestre de 2019. Este decréscimo da população empregada pode ser parcialmente explicado pelo atual enquadramento associado à COVID-19, sobretudo pelas alterações comportamentais resultantes das medidas de salvaguarda da saúde pública adotadas. Estas medidas, em particular o encerramento temporário de várias empresas, universidades e escolas, que levou a que muitos pais tivessem de ficar em casa a cuidar dos seus filhos (não tendo a possibilidade de trabalhar em regime de teletrabalho), podem parcialmente ter afetado esta evolução do emprego, uma vez que a mobilidade da população foi muito limitada. Todavia, em simultâneo, foram tomadas medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, como, por exemplo, o *layoff* simplificado, que permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas fecharam, total ou parcialmente, de forma temporária.

Das categorias de empregados analisadas, apenas o emprego do setor secundário contrariou novamente a variação regional da população empregada no trimestre, tendo aumentado 2,7%. As restantes categorias influenciaram negativamente essa variação, tendo os contributos mais expressivos ocorrido nos empregados dos 15 aos 24 anos (-32,9%), no emprego do setor primário (-12,6%) e no emprego feminino (-6,1%).

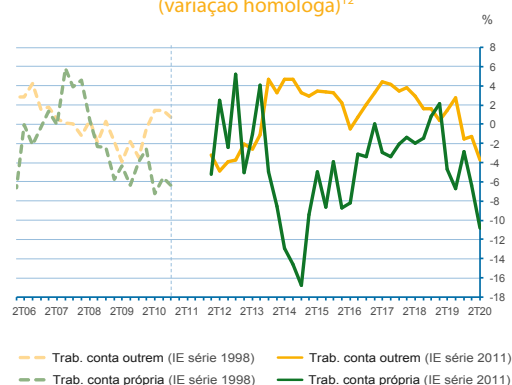
A diminuição do emprego ficou ainda a dever-se aos trabalhadores por conta de outrem, que representando cerca de 80% da população empregada, decresceram 3,7% em termos homólogos. Esta quebra, que deu continuidade ao comportamento negativo verificado desde o final de 2019, foi explicada pelos decréscimos nos trabalhadores contratados a termo, nos que possuem o ensino superior como habilitação e nos que desempenham as suas funções a tempo parcial.

É ainda de realçar que os trabalhadores por conta própria também diminuiram (-10,8%), face ao período homólogo, mantendo assim a tendência de quebra verificada há mais de três anos, apenas interrompida no último trimestre de 2018 e no primeiro de 2019. Esta evolução homóloga resultou da variação negativa ocorrida nos trabalhadores isolados (-11,6%) e nos empregadores (-8,3%).

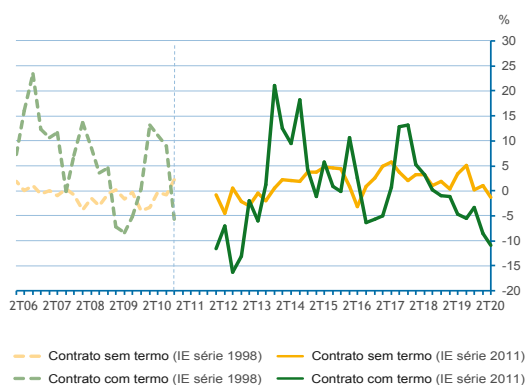
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



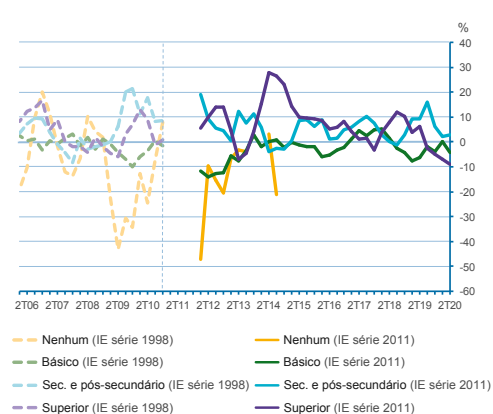
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹²



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹³



¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

Quadro 3 – Emprego		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018	
								média trimestral	
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	53,2	54,7	55,3	55,8	55,5	55,4	55,0	
Centro	%	53,1	54,5	55,8	57,2	56,3	56,3	56,0	
	v. h. (p.p.)	-3,2	-1,6	-0,7	0,6	0,5	0,3	1,2	
População empregada – Centro									
	milhares	1.033,0	1.059,3	1.079,5	1.108,9	1.091,8	1.092,5	1.092,3	
	v. h. (%)	-5,4	-2,8	-2,0	0,6	0,3	0,0	1,8	
Homens	v. h. (%)	-4,7	-2,9	-2,4	-1,4	-1,4	-1,3	0,7	
Mulheres	v. h. (%)	-6,1	-2,6	-1,5	2,8	2,1	1,5	3,0	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-32,9	-17,1	-0,6	-5,1	22,1	5,6	0,3	
25 - 44 anos	v. h. (%)	-3,3	-2,6	-3,0	1,6	0,1	-0,4	-0,8	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-4,1	-1,3	-1,2	0,5	-1,6	-0,2	4,3	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-12,6	-6,8	-13,4	-16,2	-19,5	-12,5	-2,7	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	2,7	4,1	-1,9	-3,7	-3,0	-3,4	-1,6	
Serviços	v. h. (%)	-7,8	-5,1	-0,2	5,5	5,5	3,7	4,3	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro									
	milhares	838,6	846,6	858,7	892,6	871,0	869,9	863,3	
	v. h. (%)	-3,7	-1,2	-1,5	2,8	1,4	0,8	2,5	
Contratos sem termo	v. h. (%)	-1,3	1,1	0,2	5,1	3,4	2,3	2,4	
Contratos com termo	v. h. (%)	-11,0	-8,6	-3,3	-5,5	-4,6	-3,7	1,8	
Tempo completo	v. h. (%)	-3,7	-1,6	-0,8	2,4	1,1	0,9	2,9	
Tempo parcial	v. h. (%)	-4,0	3,9	-11,3	7,7	6,7	-1,4	-2,9	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	-2,6	-4,2	-6,6	
Básico	v. h. (%)	-4,3	0,1	-3,9	-2,0	-6,3	-4,9	-0,2	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	2,9	2,1	6,1	16,1	9,2	10,1	1,1	
Superior	v. h. (%)	-8,9	-6,9	-4,8	-2,6	6,1	0,5	8,6	
Trabalhadores por conta própria – Centro									
	milhares	192,0	209,3	216,4	211,4	215,2	216,6	223,5	
	v. h. (%)	-10,8	-6,4	-2,8	-6,7	-4,7	-3,1	-1,0	
Isolados	v. h. (%)	-11,6	-7,6	0,7	-8,1	-6,6	-2,8	-1,4	
Empregadores	v. h. (%)	-8,3	-2,6	-12,2	-2,4	0,9	-3,9	0,0	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

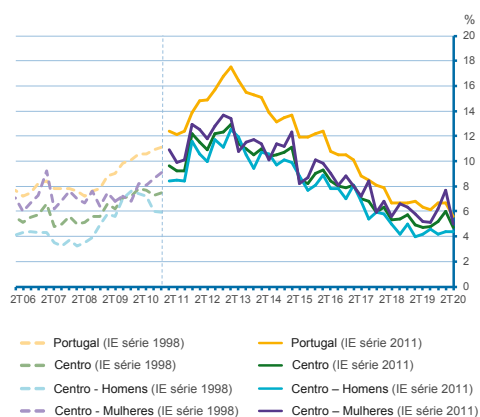
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹⁴ da Região Centro foi de 4,7%, no segundo trimestre de 2020, igualando a do trimestre homólogo e permanecendo inferior à média nacional, que foi de 5,6%. A taxa de desemprego das mulheres registou uma diminuição face ao trimestre homólogo e anterior, mas manteve-se superior à dos homens (5,0% contra 4,4%).

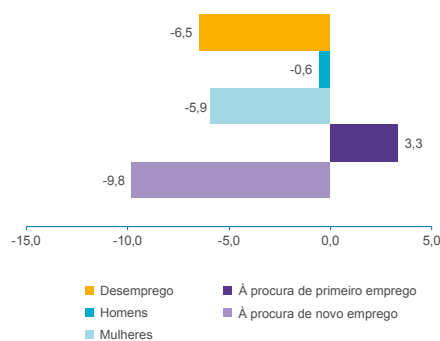
Neste período, na região, encontravam-se desempregados 50,6 mil indivíduos, o que representou um decréscimo de 6,5% face a igual período do ano anterior. É de referir, no entanto, que este decréscimo regional do desemprego pode resultar do impacto da pandemia COVID-19. De facto, em consequência deste surto pandémico, indivíduos que em circunstâncias normais seriam classificados como desempregados podem agora ser classificados como inativos, basta que não cumpram um dos dois critérios (procura ativa ou disponibilidade) necessários à integração na população desempregada, como foi descrito anteriormente no contexto da população inativa. Esta parece ser uma das razões que fundamentou a redução do desemprego e da respetiva taxa no segundo trimestre de 2020. Dito de outro modo, em termos líquidos, as saídas de indivíduos do desemprego para a inatividade mais do que compensou as entradas no desemprego de indivíduos provenientes do emprego. Todavia, este comportamento poderá ser invertido nos próximos meses pela maior facilidade de mobilidade, interação social e consequente procura de emprego, já que muitos inativos se encontravam na fronteira entre a inatividade e o desemprego.

Das categorias de desempregados analisadas, apenas em duas se registaram aumentos homólogos, nos desempregos à procura do primeiro emprego que cresceram 47,5% e nos desempregados há menos de 12 meses que observaram um acréscimo de 12,0%. Todas as restantes categorias registaram decréscimos homólogos, tendo os mais expressivos ocorrido nos desempregados há 12 ou mais meses (-26,8%), nos desempregados com 45 ou mais anos (-25,6%), nas mulheres desempregadas (-10,8%) e nos desempregados à procura de novo emprego (-10,5%).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no segundo trimestre de 2020 (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018	
		média trimestral							
Taxa de desemprego									
Portugal	%	5,6	6,7	6,7	6,1	6,3	6,5	7,0	
Centro	%	4,7	6,0	5,2	4,8	4,7	4,9	5,6	
	v. h. (p.p.)	0,0	1,1	-0,5	-0,6	-0,6	-0,7	-1,3	
Homens	%	4,4	4,4	4,2	4,6	4,2	4,3	5,0	
Mulheres	%	5,0	7,7	6,2	5,1	5,2	5,6	6,3	
15 - 24 anos	%	§	25,1	15,4	17,8	§	14,6	18,9	
25 - 44 anos	%	§	5,7	5,0	4,5	§	5,0	6,3	
45 anos ou mais	%	2,7	3,9	4,0	3,4	3,5	3,5	3,4	
População desempregada – Centro		milhares	50,6	67,5	59,0	56,3	54,1	56,3	65,3
	v. h. (%)	-6,5	21,0	-10,6	-10,6	-10,4	-13,8	-18,2	
Homens	v. h. (%)	-1,2	5,9	-18,4	7,1	-16,7	-16,1	-24,1	
Mulheres	v. h. (%)	-10,8	32,2	-3,9	-22,5	-4,5	-11,9	-12,2	
15 - 24 anos	v. h. (%)	x	101,1	-29,8	-7,9	x	-22,7	-10,8	
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	-1,4	-21,7	-22,0	x	-21,6	-10,0	
45 anos ou mais	v. h. (%)	-25,6	16,3	23,7	4,2	13,4	4,5	-31,7	
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	47,4	22,6	-13,5	-27,1	-50,6	-26,1	2,3	
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-10,5	20,8	-10,1	-7,7	-4,6	-11,9	-20,6	
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	12,0	11,5	-6,8	-10,4	-1,0	-1,9	-19,2	
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-26,8	35,3	-15,3	-10,8	-18,9	-25,1	-17,1	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado
x: Não disponível

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 882 euros, resultando num crescimento homólogo real de 3,4%, que dá continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2019. Este valor do salário médio da região foi o mais elevado dos últimos 12 anos, no entanto, manteve-se abaixo da média nacional, que conheceu um acréscimo homólogo real de 4,8%, cifrando-se, neste trimestre, nos 952 euros.

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	952	929	912	909	911	909	888
	v. h. real (%)	4,8	2,6	1,5	2,2	2,2	2,0	2,7
Centro	€	882	858	849	846	855	850	838
	v. h. real (%)	3,4	0,7	0,1	-0,3	1,9	1,1	3,1

DESEMPREGO REGISTRADO

26,6%

foi o crescimento homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego regionais, o que já não sucedida há mais de seis anos

No segundo trimestre de 2020, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro aumentaram significativamente, inflitando mais de seis anos de reduções homólogas consecutivas. Também os novos desempregados cresceram, atingindo o maior acréscimo dos últimos 11 anos. Já as colocações realizadas pelo IEFP continuaram em queda pelo terceiro trimestre consecutivo, alcançando o valor diário mais baixo desde 2013. Estas variações regionais refletem, em grande medida, o impacto económico e social do surto pandémico provocado pela COVID-19.

62

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais, o valor diário mais baixo dos últimos sete anos

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 69,1 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, refletindo um crescimento homólogo de 26,6%. Há seis anos que não se observava um crescimento do número de desempregados registados nos centros de emprego da região. Assim, no segundo trimestre de 2020, começaram já a ser visíveis as consequências ao nível do emprego da pandemia COVID-19, decorrentes, em grande medida, do abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica no âmbito da declaração de estado de emergência em Portugal (a 18 de março), apesar das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff*).

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego regionais aumentaram cerca de 25% em termos homólogos, intensificando o comportamento do trimestre anterior, que havia inflitado mais de quatro anos de contrações homólogas consecutivas, e registando o maior crescimento dos últimos 11 anos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 316 novos desempregados, aproximadamente mais 62 do que no trimestre homólogo.

Já as colocações efetuadas pelo IEFP continuaram em queda, neste trimestre, registando uma expressiva redução homóloga de 28,6% que intensificou o comportamento de quebra iniciado em 2019. Em termos médios, ocorreram cerca de 62 colocações por dia (menos 25 do que em igual período do ano anterior), observando-se, neste trimestre, o valor diário mais baixo dos últimos sete anos.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	69,1	57,3	54,0	54,1	54,6	55,5	61,5
	v. h. (%)	26,6	-3,4	-6,1	-8,3	-10,7	-9,8	-18,1
Novos desempregados**	milhares	28,4	29,2	27,8	27,8	22,8	26,3	26,8
	v. h. (%)	24,5	8,8	-0,5	-2,2	-3,5	-1,7	-6,5
Colocações do IEFP**	milhares	5,6	7,4	6,7	8,4	7,9	7,8	7,8
	v. h. (%)	-28,6	-9,0	-4,6	1,7	-0,4	-0,8	-0,5

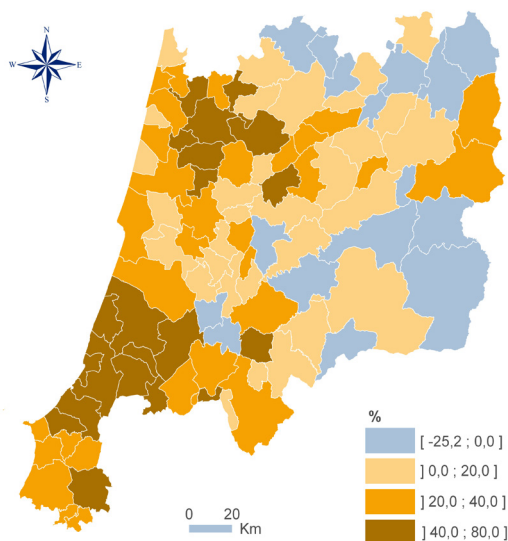
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁵ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]}{[(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100}$, sendo, determinado município e _{RC} a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2019.

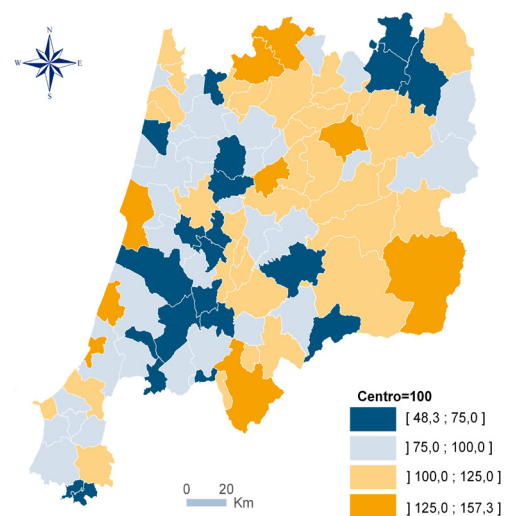
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 15 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas, Vila Nova de Paiva (-25,2%) e Oleiros (-23,4%). Já em Alvaiázere a variação homóloga do desemprego registado foi nula. Nos restantes 84 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 60%, os municípios da Nazaré (80,0%), Alenquer (68,5%), Marinha Grande (68,1%) e Batalha (63,1%). Pela primeira vez, nos últimos seis anos, mais de metade dos municípios da Região Centro observou crescimentos homólogos do desemprego, o que reflete a atual situação económica e social desencadeada pela pandemia COVID-19.

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, mais de metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja índices de disparidade¹⁵ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Meda (48,3), Oleiros (49,7) e Ferreira do Zêzere (51,7). Dos 44 municípios com índices superiores à média regional, destacavam-se, com os valores mais elevados, os municípios de Abrantes (157,3), Idanha-a-Nova (153,4) e Figueira da Foz (147,2).

Variação homóloga do desemprego registado por município no segundo trimestre de 2020



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no segundo trimestre de 2020¹⁵



EMPRESAS

1.008

empresas constituídas na região, o valor mais baixo dos últimos 12 anos

-15,3%

foi o decréscimo homólogo das ações de insolvência na região

No segundo trimestre de 2020, continuou a assistir-se, na Região Centro e em Portugal, a uma diminuição muito expressiva das empresas constituídas, atingindo-se mínimos históricos, decorrentes, muito provavelmente, do impacto da pandemia COVID-19. As ações de insolvência e os empréstimos concedidos às empresas continuaram a apresentar evoluções negativas. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos manteve uma tendência decrescente, mas favorável, observando o valor mais baixo dos últimos nove anos.

Neste trimestre, as constituições de empresas na Região Centro e em Portugal diminuíram muito expressivamente, em 41,0% e 47,5%, respetivamente, alcançando mínimos históricos. Assim, na região constituíram-se 1.008 empresas e no país 6.048 empresas, os valores trimestrais mais baixos observados nos últimos 12 anos. Em termos médios, foram criadas 11 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 67 novas empresas criadas diariamente no país. A descida tão acentuada de constituições de novas empresas deverá estar relacionada, em grande medida, com os efeitos da pandemia COVID-19 devido ao abrandamento da atividade económica e à manutenção do clima de incerteza.

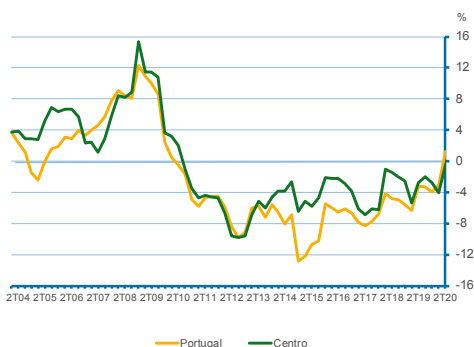
Na região registaram-se 227 ações de insolvência¹⁶ neste trimestre, o que se traduziu numa significativa diminuição homóloga de 15,3%, contrariando a variação nacional que foi de 0,1%. Esta redução das insolvências na região dá continuidade à tendência de quebra observada há mais de três anos e apenas interrompida nos vários trimestres do ano de 2018. Em Portugal ocorreram cerca de 16 ações de insolvência, em média, por dia, das quais aproximadamente três foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no segundo trimestre de 2020, uma variação homóloga real de -0,4% que, apesar de manter a tendência regional negativa observada há 10 anos sucessivos, foi a quebra homóloga mais baixa deste período. Este decréscimo regional foi contrário à evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos aumentaram 1,2%, o que já não se verificava desde 2010.

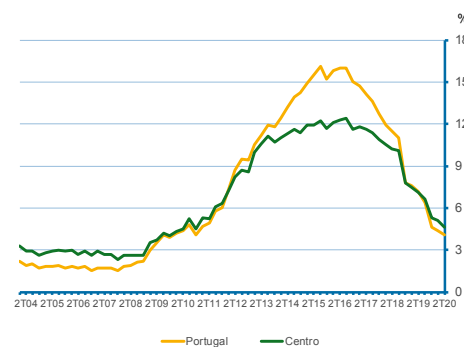
O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, continuou a diminuir em relação ao trimestre homólogo (-2,5 pontos percentuais), atingindo o valor regional mais baixo dos últimos nove anos. Deste modo, no segundo trimestre de 2020, este indicador fixou-se nos 4,6% na região, permanecendo acima da média do país (4,1%).

¹⁶ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras (variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018	
								média trimestral	
Empresas constituídas									
Portugal	número	6.048	12.075	11.114	10.528	11.524	12.230	11.331	
	v. h. (%)	-47,5	-23,4	-1,1	10,8	2,7	7,9	11,9	
Centro	número	1.008	1.846	1.564	1.482	1.708	1.819	1.648	
	v. h. (%)	-41,0	-26,8	-1,2	8,9	3,5	10,4	7,0	
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*									
Portugal	milhões €	70.906	67.415	67.016	69.118	70.229	68.916	71.702	
	v. h. real (%)	1,2	-3,1	-3,9	-3,3	-3,2	-4,2	-4,9	
Centro	milhões €	13.135	12.521	12.595	13.106	13.231	12.983	13.371	
	v. h. real (%)	-0,4	-4,1	-2,7	-2,0	-2,8	-3,2	-1,8	
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*									
Portugal	%	4,1	4,4	4,6	6,4	7,2	6,5	10,6	
Centro	%	4,6	5,1	5,3	6,6	7,1	6,6	9,7	
Ações de insolvência									
Portugal	número	1.445	1.304	1.617	922	1.443	1.378	1.652	
	v. h. (%)	0,1	-14,8	-6,3	-25,2	-24,9	-16,6	-0,5	
Centro	número	227	245	312	173	268	257	304	
	v. h. (%)	-15,3	-10,6	-0,6	-25,8	-23,4	-15,6	4,6	

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

-26,4%

foi a diminuição
homóloga real das
saídas de bens da
região e

No segundo trimestre de 2020, na Região Centro, observou-se uma significativa contração homóloga real nas saídas e entradas de bens, que traduz, em grande medida, os efeitos da pandemia COVID-19. Ambos os mercados explicaram negativamente a variação regional das saídas e das entradas de bens, destacando-se, pelo contributo negativo mais expressivo, o mercado intracomunitário, que ainda reflete os efeitos da conclusão do Brexit.

-22,7%

foi o decréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, uma diminuição homóloga real¹⁷ de 26,4%, intensificando o comportamento negativo observado desde o quarto trimestre de 2019 e acompanhando a evolução do total de saídas do país (que decresceram 28,3%, em termos homólogos reais). Esta foi também a quebra homóloga nas saídas de bens da região mais acentuada dos últimos 12 anos. Ambos os mercados contribuíram para este comportamento regional, tendo a quebra homóloga mais expressiva ocorrido nas saídas para o mercado intracomunitário (-31,4%). As variações do comércio internacional registadas neste trimestre traduzem já os efeitos associados ao Brexit¹⁸ e à pandemia COVID-19. Tendo em conta a evolução deste surto pandémico e para salvaguardar a continuidade do transporte de mercadorias no interior da União Europeia, a Comissão Europeia, no âmbito da rede transeuropeia de transportes, convidou os Estados-Membros a designar vias reservadas, os chamados «corredores verdes» que constituem pontos de passagem das fronteiras internas, através dos quais é possível priorizar o transporte de determinados bens. Adicionalmente, foram também repostos alguns controlos transfronteiriços entre os países. Estas medidas condicionaram o normal funcionamento do transporte de mercadorias e mantiveram-se quase todo o segundo trimestre de 2020.

¹⁷ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁸ Atendendo à concretização do Brexit ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações de/para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	10.645,6	14.528,1	15.380,2	14.217,4	15.321,9	14.975,7	14.462,5
	v. h. real (%)	-28,3	-2,4	8,0	1,6	0,6	3,6	3,2
Intracomunitárias	milhões €	7.594,3	10.375,2	11.729,7	10.803,6	11.734,5	11.499,1	11.013,8
	v. h. real (%)	-33,2	-11,0	8,0	2,9	1,2	4,5	6,0
Extracomunitárias	milhões €	3.051,3	4.152,9	3.650,5	3.413,8	3.587,4	3.476,6	3.448,7
	v. h. real (%)	-12,2	28,4	8,0	-2,3	-1,5	0,9	-4,9
Centro	milhões €	2.078,3	2.722,1	2.843,3	2.686,0	2.913,0	2.833,2	2.820,5
	v. h. real (%)	-26,4	-5,2	-0,3	2,5	-3,0	0,5	2,7
Intracomunitárias	milhões €	1.571,1	2.095,4	2.262,3	2.134,9	2.364,3	2.270,2	2.254,3
	v. h. real (%)	-31,4	-9,1	1,1	3,1	-2,9	0,8	3,4
Extracomunitárias	milhões €	507,3	626,7	581,1	551,1	548,7	563,0	566,3
	v. h. real (%)	-4,6	10,4	-5,3	0,1	-3,1	-0,5	-0,2
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	13.539,1	19.093,0	20.216,2	19.435,1	20.592,8	19.994,3	18.859,8
	v. h. real (%)	-29,3	-2,8	3,7	7,6	4,8	6,4	5,6
Intracomunitárias	milhões €	10.093,4	13.699,6	15.681,2	14.719,5	15.706,7	15.273,2	14.322,3
	v. h. real (%)	-30,9	-8,2	3,7	10,7	6,0	7,0	5,1
Extracomunitárias	milhões €	3.445,7	5.393,4	4.535,0	4.715,5	4.886,1	4.721,1	4.537,5
	v. h. real (%)	-24,1	14,1	3,8	-1,0	0,9	4,4	7,4
Centro	milhões €	1.894,0	2.389,0	2.373,6	2.386,7	2.636,5	2.469,2	2.498,5
	v. h. real (%)	-22,7	-3,2	-4,4	4,0	-4,0	-0,8	5,4
Intracomunitárias	milhões €	1.430,8	1.850,6	1.943,5	1.877,2	2.069,0	1.972,4	2.028,2
	v. h. real (%)	-25,6	-7,1	-3,5	2,3	-6,4	-2,4	3,7
Extracomunitárias	milhões €	463,2	538,3	430,1	509,5	567,5	496,7	470,3
	v. h. real (%)	-12,2	12,7	-7,9	11,0	6,1	6,0	13,3

*Os valores de 2018 e 2019 são definitivos e os de 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, quase a totalidade das secções analisadas explicaram negativamente a evolução regional, destacando-se, com um contributo conjunto de -14,80 pontos percentuais, três secções (XVII “material de transporte”; XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” e VII “Plástico e suas obras; borracha e suas obras”). A contrariar este comportamento regional, com um crescimento homólogo real, encontravam-se apenas as secções II “produtos do reino vegetal” (0,58%) e IV “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (0,42%). A evolução de alguns grupos de produtos retrata, ainda que parcialmente, os impactos da COVID-19 que, devido às medidas de contenção da pandemia adotadas pelos países, condicionou o funcionamento do transporte de mercadorias, dando prioridade nos mercados à circulação de bens alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual).

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais²⁰ da Região Centro, constatou-se que todos os países analisados, em ambos os mercados, justificaram negativamente a variação homóloga regional. Destes países, destacaram-se pelo contributo negativo mais expressivo, no mercado intracomunitário, Espanha e França que conjuntamente explicaram em -12,09 pontos percentuais a variação total. No mercado extracomunitário foi o Reino Unido²¹ que apresentou o contributo negativo mais significativo para a variação regional de -26,36%.

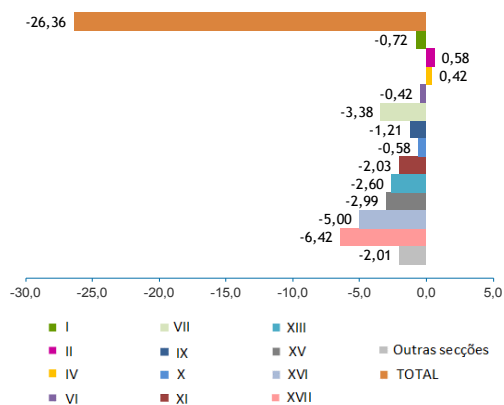
¹⁹ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância superior a 94% e 93% do total das saídas e entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

²⁰ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 70% e 76% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

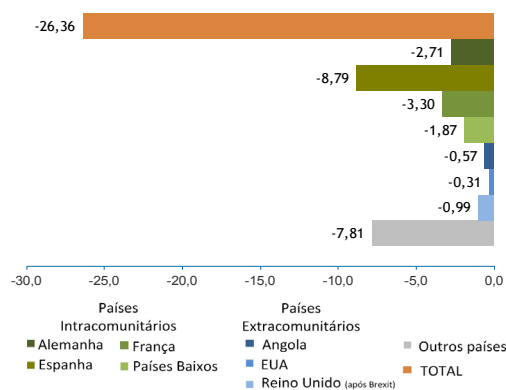
²¹ Para a presente análise o Reino Unido foi integrado no mercado extracomunitário, pelo facto de já ser considerado um país terceiro no segundo trimestre de 2020, após a concretização do Brexit em 31 de janeiro de 2020.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no segundo trimestre de 2020 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁹



Contributos dos países^{20,21}



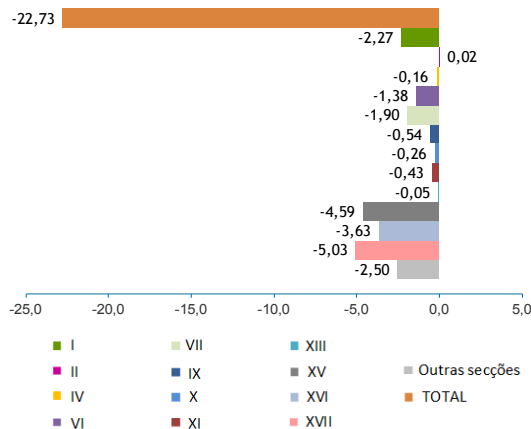
As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior uma diminuição real de 22,7%, acompanhando a evolução do total nacional que decresceu 29,3% e reforçando o comportamento negativo observado desde o último trimestre de 2019. Tal como nas saídas de bens, também nas entradas de bens este foi o decréscimo mais expressivo desde 2008 e ambos os mercados contribuíram negativamente para esta variação regional, evidenciando-se a quebra homóloga real de 25,6% nos bens provenientes dos países da União Europeia. Esta evolução regional das entradas de bens, tal como nas saídas, reflete os efeitos da COVID-19, evidenciando também a importância dos bens provindos do mercado comunitário no total regional (que habitualmente representa mais de três quartos do total de entradas de bens).

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a quase totalidade desses grupos contribuíram para a variação homóloga real negativa das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de -13,25 pontos percentuais, as secções XVII “material de transporte”, XV “metais comuns e suas obras” e XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”. Apenas a secção II “produtos do reino vegetal” contrariou ligeiramente o comportamento regional observado no trimestre, apresentando uma variação de 0,02%.

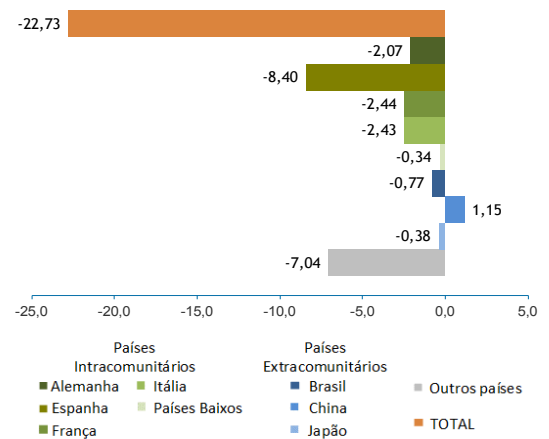
No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que a quase totalidade dos países do mercado intracomunitário contribuíram expressivamente para a variação homóloga regional de -22,73%. O contributo negativo mais significativo ocorreu na Espanha, que explicou em -8,40% a variação regional registada no trimestre. Dos países com relevo no mercado extracomunitário, foram o Brasil e o Japão, que conjuntamente justificaram em -1,14 pontos percentuais a variação total.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no segundo trimestre de 2020 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁹



Contributos dos países²⁰



TURISMO

-88,1%

foi a redução homóloga dos hóspedes dos estabelecimentos de alojamento turístico da região e

1,8 noites

foi a estada média nesses estabelecimentos

No segundo trimestre de 2020, o setor do turismo na região e no país apresentou mínimos históricos, refletindo claramente o impacto da pandemia COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acentuadas quebras face a igual período do ano anterior. Todavia, a estada média na região aumentou face ao trimestre homólogo e anterior.

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²² da Região Centro acolheram 135 mil hóspedes, oito vezes menos do que no trimestre homólogo (1.136 mil hóspedes), alcançando-se assim um mínimo histórico. Esta evolução regional acompanhou a média nacional que também diminuiu acentuadamente (91,1%), tendo alojado no trimestre apenas 683 mil hóspedes. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, a diminuição homóloga nos hóspedes foi de 90,3% na região e de 92,9% no país.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram uma quebra bastante expressiva face ao mesmo período do ano anterior (-87,2%), embora inferior à média do país que decresceu 92,4%. Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram uma forte redução homóloga real na região e no país, de 88,8% e 94,3%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu a elevada contração homóloga real dos proveitos de aposento que diminuiram 87,5% e que representavam, neste trimestre, cerca de 79% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 1,8 e 2,2 noites, respetivamente, sendo, no caso regional, superior à observada no período homólogo e anterior. Esta evolução regional da estada média denota que os hóspedes permaneceram mais noites seguidas nos estabelecimentos de alojamento turístico da região, do que em média no país, o que pode ser sinónimo de reconhecerem no Centro um destino tranquilo e seguro face ao atual contexto de pandemia.

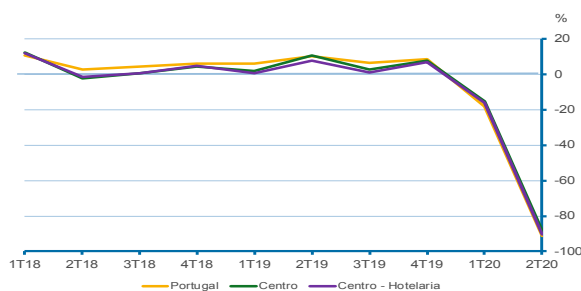
²² O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, pousadas e quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

Esta elevada contração na atividade turística, no segundo trimestre de 2020, traduz já os efeitos do surto epidemiológico associado à COVID-19, nomeadamente reflete o impacto muito significativo das medidas impostas no âmbito da declaração de Estado de Emergência em Portugal (a 18 de março de 2020), de que são exemplo, o encerramento das fronteiras terrestres (até 30 de junho de 2020) e a suspensão de rotas aéreas (só reabriram a 15 de junho), que limitou ao mercado interno (aos residentes em Portugal) a procura por estabelecimentos de alojamento turístico, sendo que nalguns casos, implicou mesmo o encerramento desses estabelecimentos.

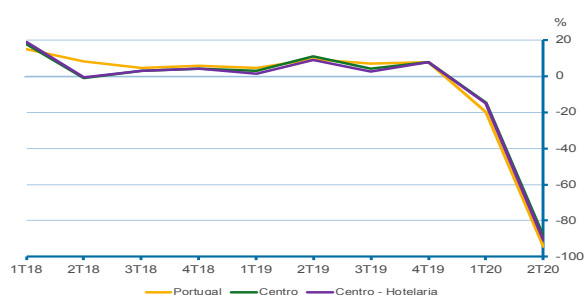
Quadro 9 – Turismo		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	683	3.706	5.834	9.081	7.697	6.786	6.289
	v. h. (%)	-91,1	-18,2	8,6	6,6	10,0	7,9	5,3
Centro	milhares	135	570	918	1.391	1.136	1.030	974
	v. h. (%)	-88,1	-15,5	7,5	2,9	10,6	5,7	2,4
Hotelaria	milhares	87	447	732	1.055	896	804	773
	v. h. (%)	-90,3	-16,2	6,7	1,1	7,8	4,0	2,8
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	1.493	8.992	13.947	25.489	19.717	17.540	16.769
	v. h. (%)	-92,4	-18,3	4,9	3,6	7,0	4,6	3,2
Centro	milhares	246	913	1.511	2.633	1.917	1.784	1.694
	v. h. (%)	-87,2	-15,0	6,0	3,1	10,9	5,3	0,2
Hotelaria	milhares	154	707	1.191	1.981	1.502	1.377	1.335
	v. h. (%)	-89,7	-15,4	5,0	0,5	8,3	3,2	0,3
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	68.657	470.263	826.427	1.674.456	1.209.011	1.073.953	996.638
	v. h. real (%)	-94,3	-20,1	7,9	7,1	9,3	7,4	7,2
Centro	milhares €	10.316	45.372	77.030	132.655	92.687	88.854	83.198
	v. h. real (%)	-88,8	-14,8	7,9	4,3	11,1	6,4	4,2
Hotelaria	milhares	6.918	36.783	63.707	104.093	75.452	71.626	68.022
	v. h. real (%)	-90,8	-15,3	7,7	2,5	8,7	4,9	4,5
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,2	2,4	2,4	2,8	2,6	2,6	2,7
Centro	n.º noites	1,8	1,6	1,6	1,9	1,7	1,7	1,7

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2020 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico
(variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

-17,9%

foi a diminuição
homóloga dos edifícios
licenciados na região e

11,3%

foi o crescimento
homólogo real da
avaliação bancária da
habitação na região

No segundo trimestre de 2020, assistiu-se a uma contração do setor da construção, evidenciada pelas diminuições homólogas em todos os indicadores regionais de licenciamento e obras concluídas. Estas variações negativas traduzem algum impacto da pandemia COVID-19 no setor. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram em queda pelo terceiro ano consecutivo. A avaliação bancária da habitação na região aumentou, registando o valor mais elevado dos últimos nove anos.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.315 edifícios, o que se traduziu num decréscimo homólogo de 17,9%. Esta variação regional superou a média do país que registou uma diminuição de 15,6% e deu continuidade ao comportamento negativo do trimestre anterior, que havia invertido a tendência positiva verificada desde 2018 (apenas interrompida no segundo trimestre de 2019). Também os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções negativas. O licenciamento de construções novas e os novos fogos para habitação familiar diminuíram 12,7% e 2,9%, respetivamente, em termos homólogos, contrariando o comportamento positivo observado nos três trimestres precedentes.

Os edifícios concluídos diminuíram 15,2%, na região, em termos homólogos, infletindo a evolução positiva verificada ao longo dos últimos dois anos. Também nas obras concluídas, os restantes indicadores analisados apresentaram variações negativas. Assim, face a igual período do ano anterior, as conclusões de construções novas e os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar sofrem um decréscimo de 15,2% e 7,3%, respetivamente, infletindo a tendência de aumentos observada há mais de dois anos. Em termos nacionais, os edifícios concluídos acompanharam o comportamento regional, embora de forma menos intensa, observando uma redução homóloga de 2,8%, que infletiu a evolução positiva significativa iniciada há dois anos.

As variações negativas dos edifícios licenciados e concluídos estarão associadas aos efeitos da pandemia COVID-19, pois apesar do setor da construção não ter suspenso a sua atividade durante o período do Estado de Emergência em Portugal, decretado em meados de março, pode estar agora a sofrer consequências da paragem de outras atividades económicas e também do atual clima de incerteza.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no segundo trimestre de 2020, cresceram 0,7% na região, em termos homólogos reais, acompanhando a média nacional que também aumentou em 0,8%. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, deu continuidade ao comportamento positivo verificado já há um ano, após mais de oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-43,7%), acompanhando a evolução nacional (-45,0%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de três anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu 0,6 pontos percentuais na região e no país face ao período homólogo, cifrando-se, nos valores de 0,8% e 0,7%, respetivamente.

Quadro 10 – Construção e Habitação		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018	
								média trimestral	
Edifícios licenciados*									
Portugal	número	4.886	5.887	5.767	5.713	5.787	5.878	5.568	
	v. h. (%)	-15,6	-5,7	1,5	5,7	0,4	5,6	19,7	
Centro	número	1.315	1.630	1.576	1.613	1.601	1.606	1.567	
	v. h. (%)	-17,9	-0,2	0,6	0,2	-1,5	2,5	17,7	
Construções novas	número	963	1.195	1.097	1.167	1.103	1.124	1.047	
	v. h. (%)	-12,7	5,8	9,0	10,7	-0,8	7,3	15,2	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-2,9	11,8	0,0	16,9	-3,9	6,1	31,7	
Edifícios concluídos* **									
Portugal	número	3.362	4.302	3.859	3.611	3.460	3.546	3.179	
	v. h. (%)	-2,8	32,2	15,7	9,2	9,5	11,6	13,9	
Centro	número	823	1.077	997	966	970	962	915	
	v. h. (%)	-15,2	17,6	7,2	0,2	7,5	5	6,9	
Construções novas	número	616	813	758	719	726	726	678	
	v. h. (%)	-15,2	16,3	11,3	1,3	7,2	7,0	7,5	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-7,3	2,5	22,9	5,4	28,8	12,4	31,2	
Empréstimos concedidos para habitação***									
Portugal	v. h. real (%)	0,8	-0,2	-0,5	0,2	-0,4	-0,4	-1,8	
Centro	v. h. real (%)	0,7	0,1	0,2	0,1	-0,6	-0,3	-1,4	
Empréstimos à habitação vencidos***									
Portugal	v. h. real (%)	-45,0	-46,8	-46,8	-44,0	-35,5	-39,5	-15,3	
Centro	v. h. real (%)	-43,7	-38,4	-24,8	-35,0	-33,4	-31,3	-13,3	
Avaliação bancária da habitação****									
Portugal	€/m ²	1.115,0	1.110,0	1.091,0	1.066,0	1.030,0	1.048,3	947,0	
	v. h. real (%)	8,5	9,9	11,4	11,3	9,9	10,3	7,7	
Centro	€/m ²	869,0	818,0	816,0	794,0	783,0	790,8	737,5	
	v. h. real (%)	11,3	5,8	8,7	5,3	7,7	6,9	5,1	

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2018, 2019 e 2020 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

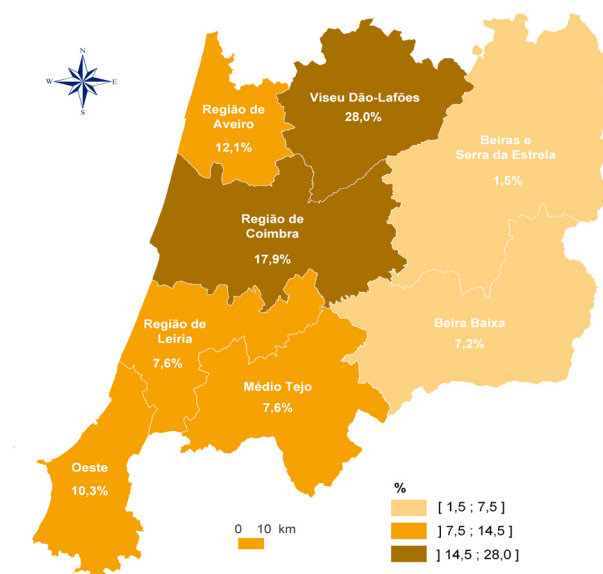
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

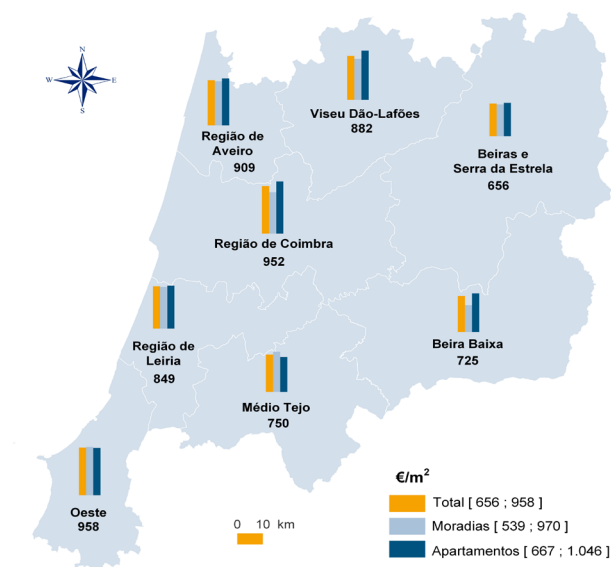
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 11,3% em termos homólogos reais, ultrapassando o acréscimo nacional (8,5%), o que já não sucedia há mais de dois anos. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 869 euros (aproximadamente mais 86 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Esta evolução regional traduz o maior valor da avaliação bancária dos últimos nove anos. Em todas as sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Viseu Dão-Lafões (28,0%) e Região de Coimbra (17,9%).

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 11,1% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 13,8% nas moradias. O Oeste foi novamente a sub-região com a avaliação mais elevada (958€/m²) e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (970€/m²). A Região de Coimbra foi, como habitual, a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.046€/m²), enquanto a valorização menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (667€/m²). Esta sub-região foi também a menos valorizada em termos médios globais (656€/m²). Já as moradias apresentaram a avaliação mais baixa na Beira Baixa (539€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2020



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2020



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

-0,56%

foi a taxa de inflação homóloga regional no trimestre, a mais baixa dos últimos cinco anos

-24,2%

foi a diminuição homóloga real dos levantamentos em caixas automáticos na região, a mais expressiva dos últimos 12 anos

No segundo trimestre de 2020, o Índice de Preços no Consumidor diminuiu na Região Centro e em Portugal, face ao período homólogo, registando o valor mais abaixo desde o final de 2014. Este comportamento dos preços traduz alguns dos impactos da COVID-19. Também o consumo privado denota a influência dos efeitos desta pandemia, a avaliar pela evolução decrescente de quase todos os seus indicadores.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC)²³, registou uma contração de 0,56%, em termos homólogos. Esta evolução regional acompanhou a média nacional (que neste trimestre também diminuiu em 0,27%) e observou o valor mais baixo dos últimos cinco anos. Na região, a maioria das classes de despesa contribuiu para esta redução do nível geral dos preços, destacando-se com os decréscimos mais expressivos o “vestuário e calçado” (-4,25%), os “transportes” (-3,59%) e o “lazer, recreação e cultura” (-2,95%). Das cinco classes de despesa que registaram variações positivas na comparação homóloga, realçaram-se, pelos aumentos mais significativos, os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” (3,33%) e os “restaurantes e hotéis” (1,81%).

Quadro 11 – Preços		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	-0,27	0,41	0,25	-0,17	0,53	0,34	0,99
Centro	v. h. (%)	-0,56	0,23	-0,03	-0,09	0,53	0,32	1,10
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	3,33	1,19	0,46	0,02	-0,18	0,30	0,74
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	0,99	1,23	1,44	1,29	2,04	1,71	2,25
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-4,25	-2,91	-2,67	-2,07	-2,14	-2,04	-2,97
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-2,36	0,31	-1,36	-1,14	0,08	-0,63	2,32
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-1,77	-1,68	-1,97	-1,55	-1,17	-1,41	-0,50
Saúde	v. h. (%)	0,59	0,68	0,73	1,08	1,04	1,00	1,23
Transportes	v. h. (%)	-3,59	0,94	0,90	0,54	2,32	1,48	2,80
Comunicações	v. h. (%)	-1,95	-4,18	-3,84	-3,82	-2,36	-2,46	0,53
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	-2,95	-1,39	0,13	-0,23	0,15	-0,09	0,01
Educação	v. h. (%)	-1,96	-1,86	-1,92	1,23	1,19	0,41	1,48
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,81	1,31	0,68	0,35	1,35	0,95	2,22
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,10	1,56	1,78	1,56	2,07	1,86	0,93

²³ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC. Essas restrições foram menos relevantes no último mês do trimestre (junho) que nos dois meses anteriores, mas ainda se verificaram algumas limitações ao trabalho de campo de inquiridores na recolha de preços para o IPC. Trata-se de uma situação inédita, determinada pelas circunstâncias forçosamente imprevisíveis, tendo sido necessário, num muito curto espaço de tempo, modificar a forma como a informação de preços é recolhida de modo a garantir o apuramento do IPC. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não são afetados por estas restrições.

Tanto o comportamento dos preços como as quebras observadas na quase totalidade dos indicadores representativos do consumo privado, na região, refletem os efeitos das restrições adotadas para combater o surto epidemiológico associado à COVID-19.

No segundo trimestre de 2020, as receitas de cinema na região e no país registaram mínimos históricos, sofrendo uma contração homóloga real de quase 100%, o que denota a atual crise vivida pelo setor. Esta crise resultou das medidas impostas, em meados de março, para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente, o encerramento das salas de cinema de todo o país. Todavia, a partir de 1 de junho de 2020 (último mês do trimestre) foi autorizada a reabertura destas salas (terceira fase do plano de desconfinamento do Governo), mas os efeitos desta medida ainda não se notaram no trimestre.

²⁴ Devido às limitações resultantes da pandemia COVID-19 e seguindo as recomendações do Eurostat neste domínio, os índices dos sub-grupos dos Hotéis, motéis, pousadas e serviços de alojamento similares foram imputados com base no seu comportamento no ano anterior tendo em consideração a forte componente sazonal que os caracteriza.

Também os levantamentos e compras em terminais automáticos sofreram uma contração homóloga real na região de 24,2% e 15,4%, respetivamente, a mais significativa dos últimos 12 anos. Estas variações negativas foram explicadas, mais expressivamente, pela redução nos levantamentos e compras internacionais, em -40,1% e em -50,5%, respetivamente. É ainda de referir a quebra homóloga real na região das importações de bens de consumo e dos pagamentos em caixas automáticos. Este abrandamento do consumo regional acompanhou o padrão nacional e estará relacionado, entre outros fatores, com as medidas para contenção da propagação da COVID-19, como por exemplo, o encerramento dos estabelecimentos comerciais (à exceção das farmácias, supermercados e outros similares), que só começaram a reabrir gradualmente a partir do dia 18 de maio, mas também com os seus efeitos, isto é, a desaceleração da atividade económica, a alteração das condições económico-sociais de muitos indivíduos e famílias e o clima de incerteza. Na origem dos decréscimos nos levantamentos e nas compras internacionais podem estar também as restrições impostas à livre circulação de pessoas, como por exemplo, o encerramento das fronteiras terrestres e a suspensão de rotas aéreas, as quais estiveram em vigor quase todo o segundo trimestre de 2020 e diminuíram massivamente as deslocações dos indivíduos ao estrangeiro, nomeadamente no período de férias da Páscoa.

Os empréstimos concedidos para consumo continuaram a aumentar, na Região Centro, em termos homólogos reais (3,9%). Esta evolução regional posiciona a região acima da média do país (2,6%) e, apesar do notório abrandamento face aos trimestres anteriores, dá continuidade à tendência de crescimento observada há mais de dois anos consecutivos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos fixou-se nos 4,4%, ligeiramente abaixo do valor observado no período homólogo e inferior à média do país que se manteve em 6,7%.

Quadro 12 – Consumo Privado		2T20	1T20	4T19	3T19	2T19	2019	2018
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-13,9	0,2	6,2	8,3	1,8	5,1	1,2
Centro	v. h. real (%)	-14,0	-0,2	2,2	4,5	-2,0	1,9	1,8
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	-99,7	-17,8	-1,2	22,3	21,2	5,4	-4,6
Centro	v. h. real (%)	-99,8	-14,5	-3,4	24,6	19,5	3,4	-9,7
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	2,6	15,4	16,4	13,0	12,1	10,8	3,1
Centro	v. h. real (%)	3,9	18,7	21,5	17,6	17,0	15,4	4,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	6,7	6,7	6,6	7,4	7,8	7,4	9,7
Centro	%	4,4	4,3	4,2	4,4	4,6	4,4	5,3
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-27,6	-4,6	2,7	1,7	2,0	2,2	1,4
Centro	v. h. real (%)	-24,2	-3,3	3,5	1,7	3,1	2,7	2,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-14,4	2,5	4,9	5,4	1,1	3,9	4,8
Centro	v. h. real (%)	-5,0	3,5	4,9	5,3	0,9	3,7	4,6
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	-27,6	0,7	7,7	8,0	9,3	8,0	8,0
Centro	v. h. real (%)	-15,4	5,3	9,2	7,9	9,9	8,8	8,6

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2018 e 2019 são definitivos e os de 2020 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2020 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros) e ainda de concursos abertos no âmbito dos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

6,3 mil
milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de junho de 2020 e

72,1%

é a taxa de realização de fundo europeu aprovado no Programa Operacional Capital Humano na Região Centro

²⁵ Em junho de 2020, apenas 2,2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

No PORTUGAL 2020, no final do segundo trimestre de 2020, estavam aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos europeus para apoiar 9,5 mil milhões de euros de investimentos na Região Centro. O COMPETE 2020 mantinha-se como o programa operacional com mais relevância na região e o FEDER o fundo que cofinanciou a maioria dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano detinha a taxa de realização de fundo mais elevada.

A 30 de junho de 2020, encontravam-se aprovados 6,3 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 9,5 mil milhões de euros²⁵. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,6% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 205,4 milhões de euros nos apoios à região, dos quais 52,7 milhões de euros correspondiam a fundos europeus atribuídos às empresas na sequência da pandemia por COVID-19.

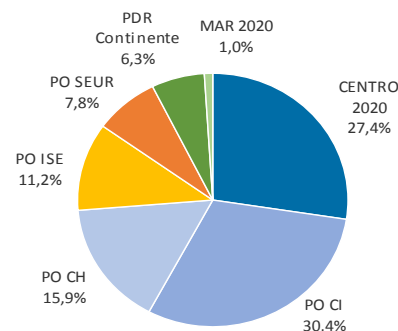
O COMPETE 2020 (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – PO CI) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 30,4% dos apoios captados. Juntamente com o CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional) e o PO CH (Programa Operacional Capital Humano) mobilizaram para a região 73,7% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,7 mil milhões de euros de fundos europeus. O MAR 2020 era o programa operacional menos relevante (1,0%), com apenas 63,1 milhões de euros aprovados para a Região Centro.

A maioria das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,2 mil milhões de euros (50,6%). Seguiu-se o FSE, com 31,2% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,0 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 10,8% dos fundos europeus aprovados (681,3 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

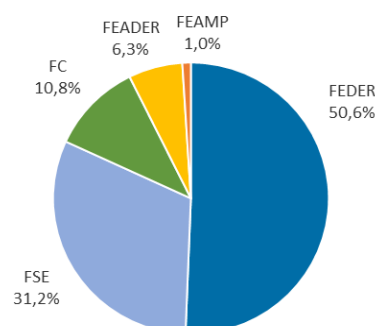
Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de junho de 2020)

PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO CH – Programa Operacional Capital Humano
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAMP – Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de junho de 2020, estavam aprovados 4,6 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 6,9 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de junho de 2020)	Aprovações		Execução Financeira			Taxa de realização de fundo* %
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	
	Milhares de euros		Milhares de euros			
Total - Centro	6.882.383	4.583.099	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.367.483	1.919.132	1.595.893	877.169	1.018.740	45,7
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.180.080	1.003.068	850.819	723.204	757.960	72,1
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	824.286	707.418	440.304	379.955	416.315	53,7
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	613.427	489.702	248.321	210.076	205.850	42,9
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)	754.165	400.698	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	142.943	63.081	x	26.121	x	41,4

x - valor não disponível
* - fundo executado / fundo aprovado x 100

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 30 de junho de 2020, estavam aprovados 3,4 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 1,9 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 877,2 milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 45,7%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de fundos aprovados de 37,1 milhões de euros e de fundos executados de 46,3 milhões de euros, que se refletiu num aumento de 1,6 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,0 mil milhões de euros, representando 53,1% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados no COMPETE 2020 na região (69,2%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 896,2 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (234,4 e 196,6 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 9,2% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 3,8%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 12,3% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes,

²⁶ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

²⁷ A título exemplificativo, refira-se:

- (i) prazos de pagamento mais reduzidos;
- (ii) flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- (iii) avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- (iv) avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
 QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
 SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
 SAMA - Sistema de apoio à modernização administrativa
 RAIT - Regime de apoio às infraestruturas de transportes
 TIC - Tecnologias de informação e comunicação

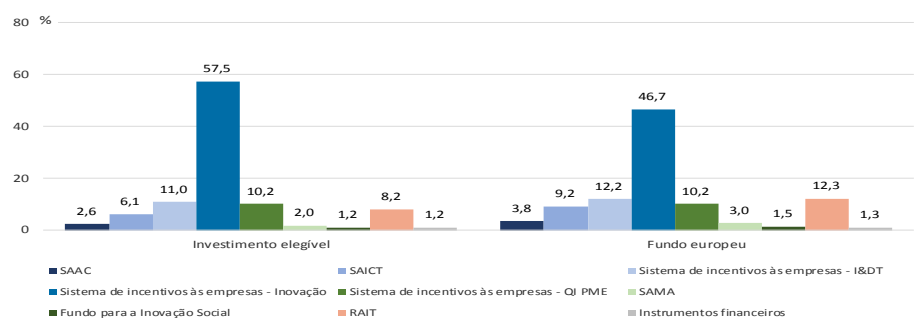
²⁸ A Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês Coronavirus Response Investment Initiative) foi lançada pela Comissão Europeia e entrou em vigor no dia 1 abril de 2020, visando a mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individual. No fundo, esta medida permite que os Estados-Membros gastem dinheiro não utilizado para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia. Serão, assim, 37 mil milhões de euros de investimento público europeu para fortalecer os sistemas de saúde, apoiar as PME, os mercados de trabalho e os serviços básicos comunitários dos diversos Estados-Membros, beneficiando Portugal de 1,8 mil milhões de euros.

designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 3,0% dos fundos europeus aprovados, tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. Neste trimestre, o fundo europeu aprovado no SAMA aumentou 12,6 milhões de euros, perfazendo um total de 56,9 milhões de euros. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁶, com um montante de 28,0 milhões de euros de FSE aprovado para a Região Centro (1,5%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,3%).

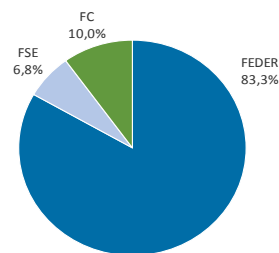
Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2020)



Face ao atual contexto provocado pela pandemia por COVID-19, foram lançadas uma série de medidas no âmbito do PORTUGAL 2020 para ajudar as empresas e outras entidades da economia a ultrapassarem os seus efeitos, a se adaptarem, bem como para auxiliar no desenvolvimento de soluções de combate ao novo coronavírus²⁷. Assim, até 30 de junho de 2020, no âmbito da Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII)²⁸, o COMPETE 2020 já tinha financiado, na região, projetos que ascendiam a 24,0 milhões de euros de investimento elegível e 19,6 milhões de euros de fundo europeu aprovado. Este montante de fundo aprovado foi mobilizado pelo sistema de incentivos às empresas (correspondendo a 1,5% do total aprovado neste instrumento), sobretudo, pela via da inovação produtiva (88,9%) e, em menor escala, pela IDT empresarial (10,0%) e pela qualificação de PME (1,0%).

A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (83,3%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (10,0%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,8%). No caso do FSE, trata-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas, integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento da medida “StartUP Voucher”, que visa promover o desenvolvimento de projetos empresariais de jovens, que se encontrem em fase de ideia, facultando um conjunto de ferramentas técnicas e financeiras que viabilizem a consequente criação de novas empresas, integrada no SAAC. De salientar que, neste trimestre, o acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado sobretudo por FEDER, cujo aumento foi de 25,2 milhões de euros (correspondendo a 67,8% do total).

Distribuição do fundo europeu aprovado no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de junho de 2020)



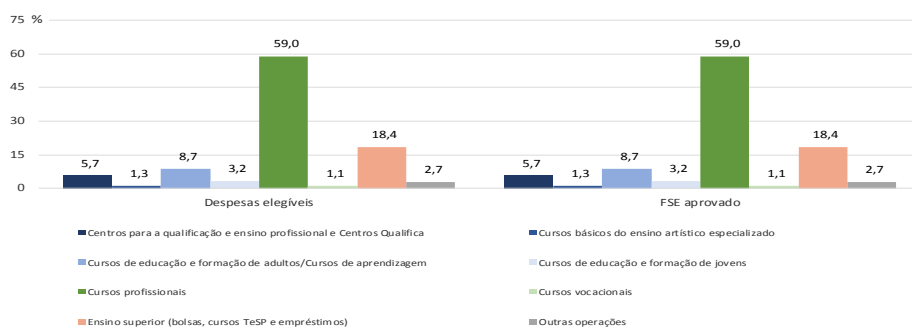
No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de junho de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 1,0 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,2 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 723,2 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 72,1% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 34,0 milhões de euros no fundo executado, tendo os apoios aprovados aumentado apenas 15,9 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização subiu 2,3 pontos percentuais. No final do segundo trimestre de 2020, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 758,0 milhões de euros, o que representava 75,6% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 59,0% destinavam-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 591,4 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 18,4% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁹.

²⁹ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020, os cursos TesP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixam de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passam a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passam a ser apoiados pelo PO ISE.

Das restantes ações, destacavam-se ainda os cursos de educação e formação de adultos/sistema de aprendizagem (8,7%), que visam a atualização do conhecimento, das qualificações e das competências dos trabalhadores adultos, e os apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (5,7%), direcionados a jovens e adultos que procuram desenvolver ou certificar as suas competências.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2020)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do segundo trimestre de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 824,3 milhões de euros de despesa elegível e 707,4 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 380,0 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 53,7%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 14,7 milhões de euros e o fundo executado 38,2 milhões de euros, o que implicou um aumento na taxa de realização em 4,4 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 416,3 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 58,8%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 21,0% do FSE aprovado (148,8 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

A inclusão de grupos vulneráveis concentrava 13,0% do FSE aprovado (92,2 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados³⁰, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (76,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (15,8 milhões de euros de FSE).

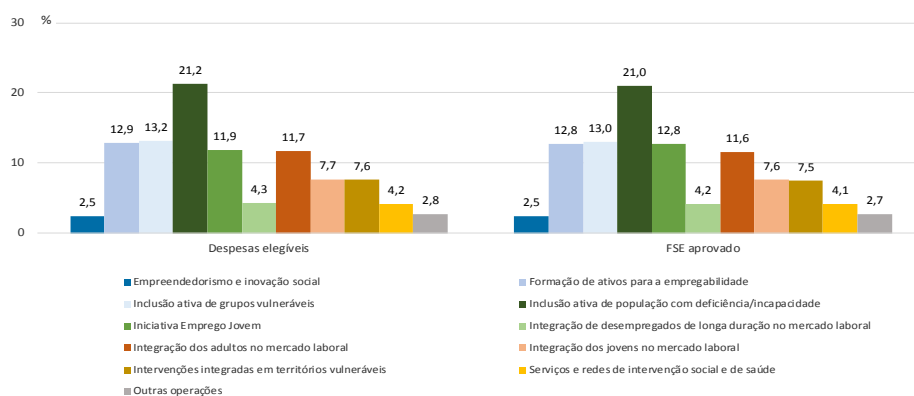
Outra parte relevante do fundo aprovado (12,8%, correspondendo a 90,2 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

De referir ainda, a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados), que também representava 12,8% do FSE aprovado, a integração de adultos no mercado laboral (11,6%) e a integração de jovens fora do âmbito da Iniciativa Emprego Jovem no mercado de trabalho (7,6%), traduzindo-se estas duas últimas tipologias em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

³⁰ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020, as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

De voltar a salientar neste trimestre, o acréscimo de fundo aprovado na tipologia “intervenções integradas em territórios vulneráveis” de 11,5 milhões de euros, perfazendo 53,4 milhões de euros (7,5% do FSE aprovado), correspondendo ao financiamento dos contratos locais de desenvolvimento social de 4.ª geração. Estes programas visam promover a inclusão social de grupos populacionais que revelem maiores fragilidades sociais num determinado território, mobilizando, de forma integrada, diversos agentes e recursos localmente disponíveis, constituindo-se como um instrumento de combate à exclusão social fortemente marcado por uma intervenção de proximidade realizada em parceria.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2020)

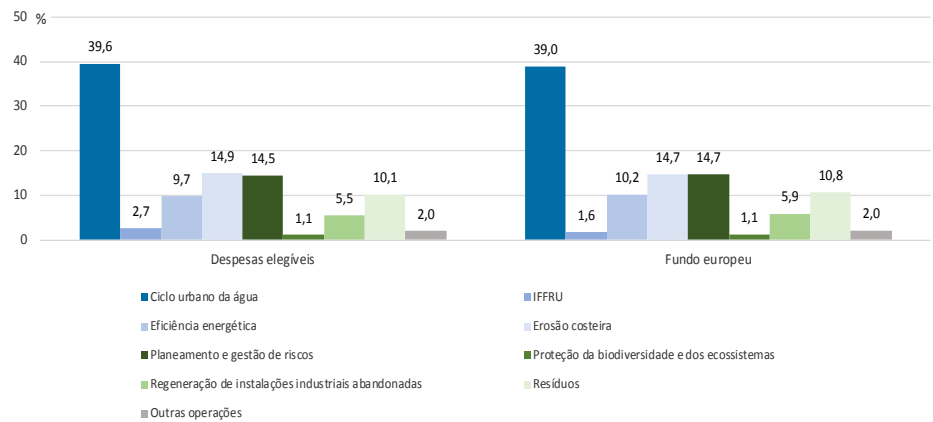


No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de junho de 2020, estavam aprovados, na Região Centro, 613,4 milhões de euros de despesa elegível e 489,7 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 42,9%, com o fundo validado a ascender a 210,1 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram 24,0 milhões de euros e os fundos executados 13,5 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 0,7 pontos percentuais na taxa de realização. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 205,9 milhões de euros, representando 42,0% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 39,0% do fundo europeu aprovado (190,8 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 14,7% do fundo aprovado, totalizando 72,0 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (17,6 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (13,5 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (4,3 milhões de euros).

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de junho de 2020)



As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam também 72,0 milhões de euros, representando 14,7% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (4,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

A valorização de resíduos captava 10,8% de fundo europeu aprovado, tendo esta tipologia registado, neste trimestre, um acréscimo de 12,0 milhões de euros (totalizando 52,7 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,7 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão³¹, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

De destacar ainda as ações de eficiência energética que representavam 10,2% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (2,0%) e sobretudo infraestruturas públicas (8,1%). Pela relevância dos valores atribuídos, evidenciava-se a implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia, como os centros hospitalares Tondela-Viseu, do Médio Tejo, de Coimbra e do Baixo Vouga, os institutos politécnicos de Viseu, de Tomar e da Guarda, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra, a unidade local de saúde de Castelo Branco, a universidade da Beira Interior, o centro de medicina de reabilitação Rovisco Pais, o hospital distrital da Figueira da Foz, entre outros.

³¹ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de junho de 2020, na Região Centro, estavam aprovados 754,2 milhões de euros de despesa elegível e 400,7 milhões de euros de FEADER. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 31,1 milhões de euros.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 112,5 milhões de euros de FEADER (28,1% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. Neste trimestre, destaca-se o aumento de 12,9 milhões de euros de FEADER aprovado na região nesta tipologia.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorveram 13,0% do fundo europeu (52,1 milhões de euros). Nesta tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), o aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), o aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco de rega das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

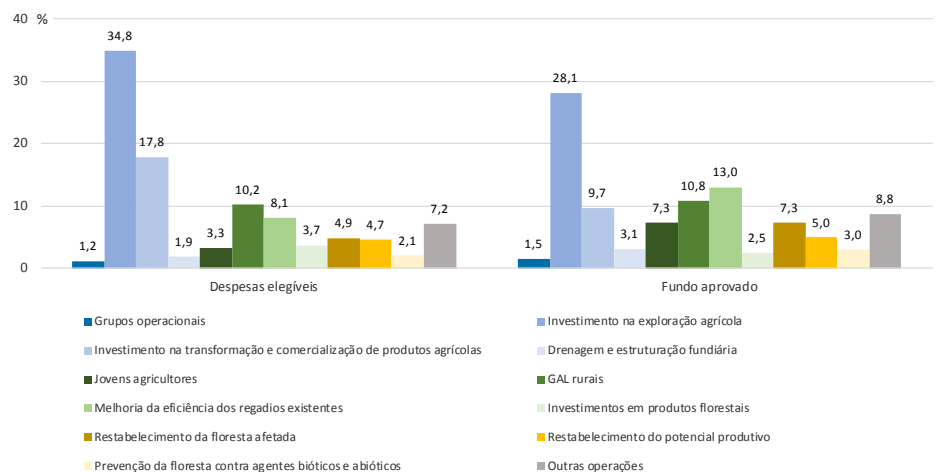
O desenvolvimento local era responsável por 10,8% do FEADER aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 43,3 milhões de euros de fundo europeu aprovados nesta área do desenvolvimento local, 17,7 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 25,6 milhões de euros correspondem à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³².

³² Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

³³ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 9,7% do fundo aprovado³³.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de junho de 2020)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de junho de 2020, na Região Centro, tinham sido aprovados 142,9 milhões de euros de despesa elegível e 63,1 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 41,4%, ascendendo o fundo validado a 26,1 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de 1,9 milhões de euros no fundo aprovado e de 3,2 milhões de euros na execução, o que se traduziu num aumento de 3,9 pontos percentuais na taxa de realização.

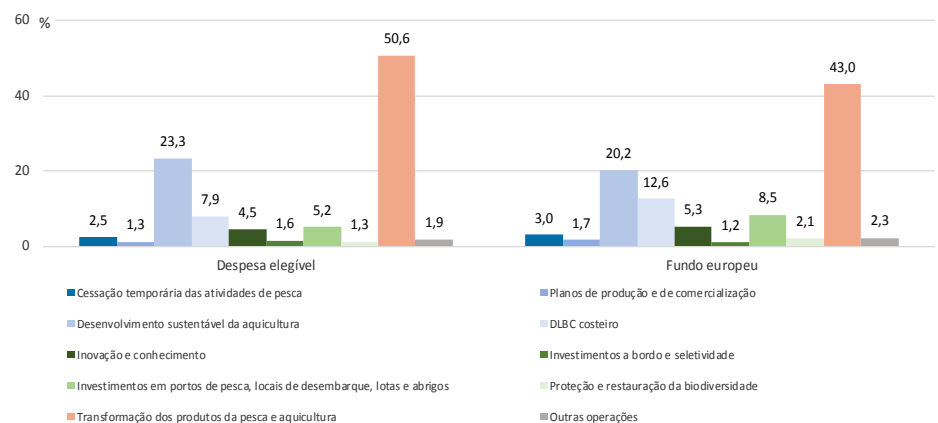
No final do segundo trimestre de 2020, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 43,0% do fundo aprovado, correspondendo a 27,1 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP de 4,9 milhões de euros. Ainda de referir, pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 20,2% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, dois projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos e a uma unidade de engorda de linguado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 7,9 milhões de euros (12,6%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 5,8 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 8,5% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Distribuição das aprovações no âmbito do Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de junho de 2020)



CENTRO 2020

A 30 de junho de 2020, 109,7% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 345 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 18.121 candidaturas, com intenções de investimento na região de 6,6 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto da dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do segundo trimestre de 2020 tinham sido aprovadas 7.756 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 2,7 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 1,7 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 80,7 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 404 mil euros e um apoio europeu de 223 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)*		junho 2020	março 2020	dezembro 2019	setembro 2019	junho 2019
Concursos						
Total	número	345	328	312	307	291
Fundo comunitário	milhões €	2.365,0	2.323,7	2.246,8	2.132,9	1.984,1
	% da dotação de fundo	109,7	107,8	104,3	99,0	92,1
Em aberto	número	26	30	18	35	24
Fundo comunitário	milhões €	102,1	138,2	91,8	219,3	161,4
Encerrados	número	319	298	294	272	267
Fundo comunitário	milhões €	2.262,9	2.185,5	2.155,0	1.913,6	1.822,7
Candidaturas apresentadas						
Total	número	18.121	16.506	16.346	16.049	15.891
Investimento total previsto	milhões €	6.624,8	6.246,9	6.088,3	5.930,6	5.829,5
Operações aprovadas						
Total	número	7.756	7.269	7.392	7.045	6.319
Investimento total	milhões €	3.136,2	3.037,8	3.050,4	2.911,2	2.539,7
Investimento elegível	milhões €	2.656,3	2.568,8	2.565,1	2.450,8	2.149,6
Fundo comunitário	milhões €	1.732,9	1.652,2	1.638,0	1.548,8	1.404,7

* A partir de janeiro de 2020 deixaram de ser considerados os montantes de fundo europeu aprovado nas operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

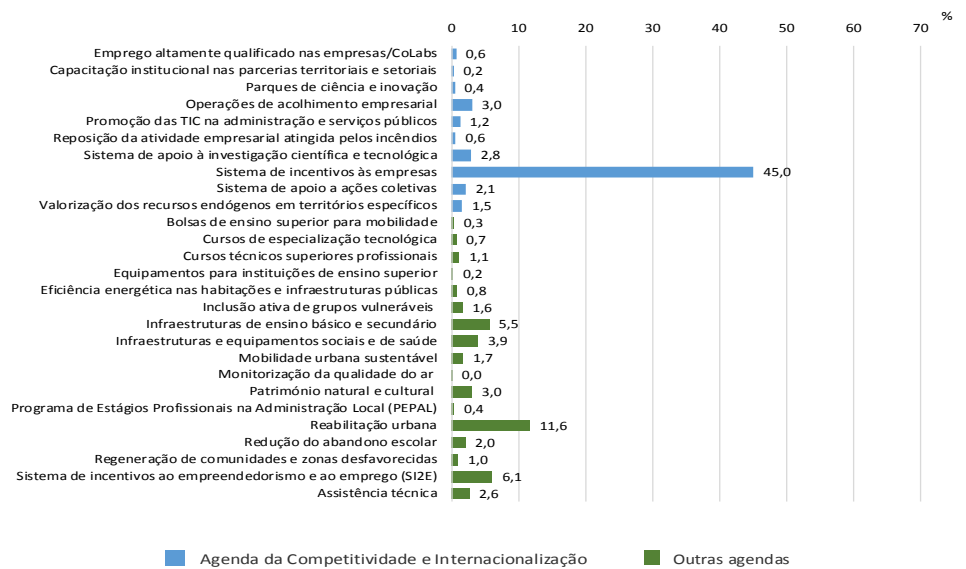
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 57,6% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 4.003 operações aprovadas (51,6% do total), 2,0 mil milhões de euros de intenções de investimento e 997,5 milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitava ao sistema de incentivos às empresas, com 3.553 operações aprovadas e 780,4 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 45,0% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,8% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se as operações de acolhimento empresarial, com 3,0% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas, e o sistema de apoio a ações coletivas, absorvendo 2,1% do fundo aprovado, instrumento de apoio indireto às empresas, complementar a montante e a jusante do sistema de incentivos às empresas, visando potenciar os seus resultados e a criação/melhoria das condições envolventes, com particular enfoque nos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de junho de 2020)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 735,4 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (11,6%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,5%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,9%), ao património natural e cultural (3,0%), à redução do abandono escolar (2,0%), à mobilidade urbana sustentável (1,7%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,6%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 201,6 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,4 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 30 de junho de 2020, estavam aprovados 105,0 milhões euros de fundos europeus (6,1%) correspondendo a 2.692 operações aprovadas neste instrumento e a 226,4 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

³⁴ Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizada um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

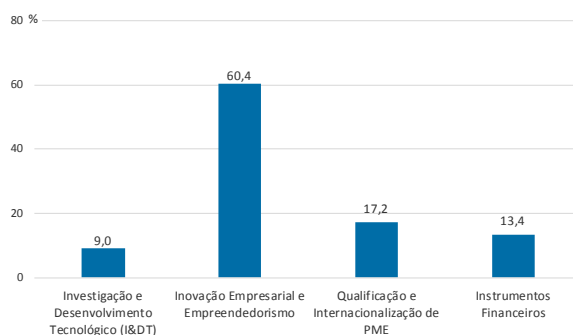
³⁵ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁶ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

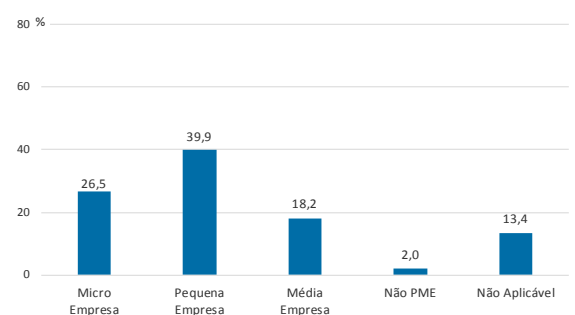
Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 60,4% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (471,2 milhões de euros), enquanto apenas 9,0% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (13,4% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo este valor ao contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e a Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A.³⁴. Esta instituição foi criada para a gestão de instrumentos financeiros dirigidos ao apoio à economia e ao estímulo e orientação do investimento empresarial e à criação de emprego, assumindo-se essencialmente como operador grossista. Como já referido em edições anteriores, no terceiro trimestre de 2019, registou-se um reforço de 24,7 milhões de euros na comparticipação de FEDER afeta a estes instrumentos financeiros, justificado pela procura elevada e em crescendo e pelas alterações introduzidas ao SI Inovação Produtiva pela reprogramação do PORTUGAL 2020, uma vez que esta tipologia de incentivos passou a funcionar com um sistema híbrido de apoio, que combina fundos europeus com financiamento articulado com a banca através do instrumento financeiro.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de junho de 2020)

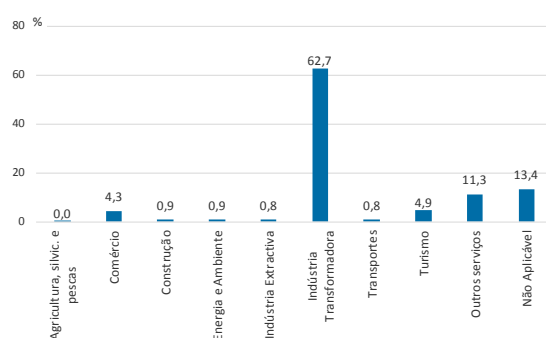
Por tipologia de investimento



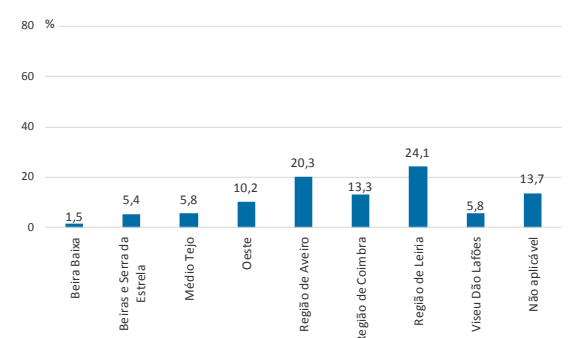
Por dimensão da empresa³⁵



Por setor de atividade³⁵



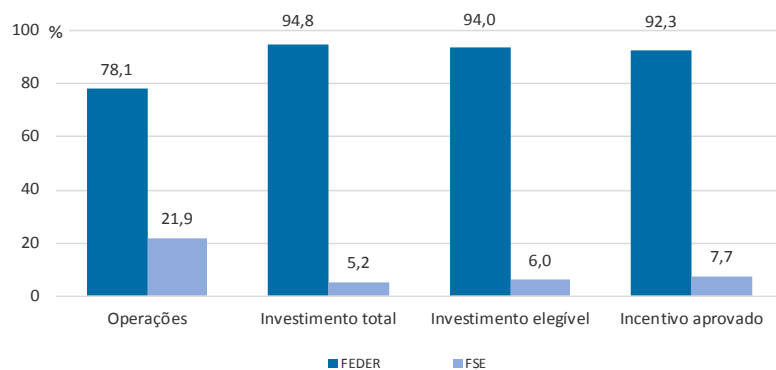
Por Comunidade Intermunicipal (CIM)³⁶



Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (39,9%) e micro empresas (26,5%) e à indústria transformadora (62,7%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Foi também através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizou a já referida Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII). Assim, até 30 de junho de 2020, neste âmbito, tinham sido aprovados 33,0 milhões de euros de fundo europeu (4,2% do total aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo a 40,5 milhões de investimento elegível. Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (90,1%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (5,9%) e para a IDT (4,0%).

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de junho de 2020)



A grande maioria das aprovações do CENTRO 2020 teve cofinanciamento FEDER (92,3% dos incentivos aprovados), com o FSE ainda distante dos montantes programados. Note-se que a estrutura dos fundos a serem geridos durante o atual período de programação no CENTRO 2020 corresponde a 79,4% de FEDER e 20,6% de FSE (correspondendo a uma dotação financeira de 1.711,5 milhões de euros de FEDER e 443,5 milhões de euros de FSE³⁷). No final do segundo trimestre de 2020, estavam aprovadas 6.058 operações envolvendo uma comparticipação de FEDER de 1,6 mil milhões de euros (93,5% da dotação programada). No caso do FSE, estavam aprovadas 1.698 operações, envolvendo 132,9 milhões de euros de fundo europeu (30,0% da dotação programada).

As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a medidas que visam a redução do abandono escolar (35,0 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³⁸, (ii) a cursos técnicos superiores profissionais (19,7 milhões de euros), (iii) a cursos de especialização tecnológica (11,5 milhões de euros), (iv) aos incentivos à contratação de recursos humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (10,7 milhões de euros), (v) aos incentivos atribuídos no âmbito do SI2E (9,9 milhões de euros), (vi) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (6,1 milhões de euros), (vii) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (viii) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (4,0 milhões de euros) e (ix) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,3 milhões de euros).

³⁷ A 5 de dezembro de 2018, foi aprovada, pela Comissão Europeia, a reprogramação do PORTUGAL 2020 considerando a adequação à alteração do ciclo económico e o alinhamento com o Plano Nacional de Reformas. Este exercício de reprogramação não alterou a dotação global dos programas operacionais, mas permitiu otimizar os recursos disponíveis e reafectá-los entre prioridades. No que respeita ao CENTRO 2020, esta transferência de verbas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores.

³⁸ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

No final de junho de 2020, o programa tinha 80,4% da sua dotação comprometida e estavam validados 714,0 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 33,1%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 1,3 pontos percentuais, situando-se nos 47,3 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 aumentou para os 41,2%.

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 778,7 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (109,1%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 44,9%. Neste trimestre, a taxa de reembolso aumentou, contrariando a tendência de diminuição registada nos períodos anteriores (que espelhava a progressiva conversão dos adiantamentos em despesa efetiva e validada), reflexo das medidas adotadas para ajudar a responder à pandemia por COVID-19, que injetaram liquidez nos beneficiários dos fundos para a realização de despesa (das quais é exemplo o mecanismo extraordinário de pagamento de pedidos de adiantamento). O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 619,2 milhões de euros, correspondendo a 28,7% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		junho 2020	março 2020	dezembro 2019	setembro 2019	junho 2019
Execução financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1.043.753	959.951	896.879	772.834	716.289
Fundo europeu	milhares €	713.966	661.181	621.375	536.822	497.681
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	778.667	701.130	659.443	577.764	535.702
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	619.220	553.574	553.574	503.830	442.634
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	80,4	76,7	76,0	71,9	65,2
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	33,1	30,7	28,8	24,9	23,1
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	41,2	40,0	37,9	34,7	35,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	44,9	42,4	40,3	37,3	38,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	109,1	106,0	106,1	107,6	107,6
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	28,7	25,7	25,7	23,4	20,5

Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registrado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - SNF (Sociedades Não Financeiras) - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 17, n.º 18, n.º 19, n.º 20 e n.º 21
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2020 foi recolhida até ao dia 11 de setembro de 2020.

